

POLÍTICA EXTERNA E IGREJA CATÓLICA NA GUINÉ-BISSAU: UMA EXPLORAÇÃO HISTÓRICA¹

Nemésio Alves De Sá²

RESUMO

No presente artigo propus a fazer uma reflexão histórica sobre a trajetória da política externa guineense e sua relação com a Igreja Católica, como instituição de destaque na sociedade civil guineense, com intuito de encontrar o lugar desta organização na política externa do país e descobrir se ela possui alguma influência. Baseada nas três diferentes fases da política externa guineense, busco através de artigos, livros, teses acadêmicas, materiais de periódicos, jornais, sites e dados bibliográficos, entender os desdobramentos históricos da política externa, que teve várias oscilações ao longo de sua história e a participação da igreja católica nesses momentos de triunfos e fracassos. E por isso considero que os fracassos que a política externa guineense conheceu ao longo de sua história têm a ver com a inoperância do Estado e também com a fraca relação entre o próprio Estado e as organizações da sociedade civil.

Palavras-chave: Guiné-Bissau - Política e governo. Guiné-Bissau - Relações exteriores. Igreja e Estado - Igreja Católica - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

In this article I proposed to make a historical reflection on the trajectory of Guinean foreign policy and its relationship with the Catholic Church, as a prominent institution in Guinean civil society, in order to find the place of this organization in the country's foreign policy and find out if it has some influence. Based on the three different phases of Guinean foreign policy, I seek through articles, books, academic theses, periodical materials, newspapers, websites and bibliographic data, to understand the historical developments of foreign policy, which has had several oscillations throughout its history and the participation of the Catholic Church in these moments of triumphs and failures. That is why I consider that the failures that Guinean foreign policy has known throughout its history have to do with the inoperability of the State and also with the weak relationship between the State itself and civil society organizations.

Keywords: Church and State - Catholic Church - Guinea-Bissau. Guinea-Bissau - Foreign relations. Guinea-Bissau - Politics and government.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Daniel de Lucca Reis Costa.

² Graduando em Relações Internacionais e Bacharel em Humanidades pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO: POLÍTICA EXTERNA, SOCIEDADE CIVIL E IGREJA CATÓLICA EM GUINÉ-BISSAU

Na concepção de Ricardo Ossagô de Carvalho (2016) o Estado é o ator principal da política internacional contemporânea, a partir do momento em que a política externa, da qual a cooperação internacional é um instrumento, tem interesses estratégicos subjacentes, como: econômicos, políticos, ambientais e ético-humanitários. Concepção esta defendida pela corrente teórica realista.

Porém, de acordo com Pergher (2014) nas ideias defendidas por teóricos liberais como Moravcsik, Rosenau e Czempiel, o Estado não é mais ator unitário da política internacional. Cada vez mais, novos atores estão ganhando espaço na arena internacional, entre eles agentes econômicos, grandes corporações, empresas, instituições financeiras e multinacionais. Também as organizações, as fundações, os sindicatos, as igrejas e outras organizações de sociedade civil estão cada vez mais ganhando espaço e influência na política interna e externa das nações.

O conceito de sociedade civil pode ser entendido como um espaço diferenciado de sujeitos presentes na dinâmica social, esfera em que se desenvolve a relação com o Estado e o mercado no campo de políticas públicas. Ele incorpora também outros mecanismos intermediários, que vão além do setor público e privado, no qual são construídas novas concepções de democracia, cidadania e direitos sociais, no sentido dado por Cohen e Arato (2000).

O presente artigo, propõe pensar historicamente a trajetória da política externa guineense e sua relação com a igreja católica. Como a sociedade civil se posicionou, na história, perante o Estado guineense? Ela possui algum lugar na política externa guineense? Como atores internacionais se relacionaram com a sociedade civil guineense? Como as organizações não governamentais podem influenciar a tomada de decisões diplomáticas de Guiné-Bissau? Estas são questões que perpassam a presente pesquisa.

Para tal, procuro descobrir qual a postura da Guiné-Bissau internacionalmente, quais suas prioridades políticas, quem são seus principais parceiros e porquê são. Levando em consideração dois fatores: internos e externos. Os fatores internos que estão associados à instabilidade política e ao péssimo gerenciamento de recursos; e fatores externos, relacionados à má condução da política externa, na sua relação com organismos internacionais (DE CARVALHO, 2016).

Para Alisson, (apud M'BUNDÉ, 2015, p. 64) a política externa é uma política pública elaborada à luz de negociações entre o governo, atores nacionais e internacionais, estatais e não estatais, podendo incluir aí a presença de empresas e organizações da sociedade civil. O estudo da política externa mostra que a estrutura do sistema internacional não determina a atuação diplomática, e que é preciso entender o complexo processo (nacional e transnacional) que antecede a tomada de decisões do Estado sobre matérias internacionais (KLEIN, 2018.). O que torna a política doméstica um fator importante.

Ainda segundo Pinheiro e Milani, (2011) desde que se constituiu como subárea das Relações Internacionais, a Análise de Política Externa passou a considerar o plano doméstico, em particular o processo decisório, como variável explicativa para o comportamento dos Estados no plano internacional. Por isso, para o pluralista Viotti (1998) quando se estuda a política externa, não se deve investigar apenas o Estado, mas também as cidades, regiões e organizações não governamentais, afinal a política externa é uma continuidade da política doméstica. Ainda que o Estado continue sendo o ator principal.

A democratização da política externa significa a participação dos demais atores na elaboração da agenda e orientações da mesma, e principalmente nas cobranças de maior transparência do Estado sobre suas decisões internacionais (CARVALHO, 2016). Para Alisson, (2018) a Política Externa enquanto política pública, é elaborada à base de negociações entre o governo e atores não estatais internos (as organizações da sociedade civil, e ou empresas). Como também afirmam Pinheiro e Milani, (2011) política externa enquanto política pública, é uma ação formulada e implementada pelas instituições que constituem o Estado, tal como as demais políticas governamentais.

O objetivo deste artigo é de analisar a história da política externa da Guiné-Bissau considerando três diferentes fases de inserção do país no sistema internacional e o lugar controverso da igreja católica como instituição de destaque na organização da sociedade civil guineense, nos diferentes momentos da história. Para isso serão utilizadas como fontes, os artigos, livros, teses acadêmicas, materiais de periódicos, jornais, *sites*, dados bibliográficos. Quando me propus a pesquisar sobre este tema, não imaginei que teria enfrentado bastante dificuldade não só pelo desafio que o mesmo apresenta, mas sobretudo pela escassez de materiais disponíveis sobre o tema e pela impossibilidade de acessar os arquivos históricos guineense estando no Brasil, isso acarretou no uso principal de fontes secundárias. Segundo Carletti (2012, p.17), a igreja católica possui grande importância no estudo das Relações Internacionais porque sua atuação diferente da de outros Estados que apresentam questões de alianças políticas, estruturas militares, relações comerciais e financeiras como primários, ela

vai fundamentar sua atuação na sua autoridade moral, soberana e independente que lhe é reconhecido quase unanimemente. Ainda de acordo com Carletti (2012, p.18) a diplomacia vaticana é considerada a mais antiga de todas as diplomacias, pois a atuação internacional dos papas começou muito antes que eles se dispusessem de algum poder temporal, e essa diplomacia ao longo de sua história teve períodos de grande prestígios internacional e períodos de pouco prestígio.

Com o tratado de Latrão em 1929, a Santa Sé conquistou sua autonomia, com o reconhecimento definitivo de sua personalidade jurídica internacional, na segunda metade do século, o Concílio Vaticano II (11/10/1962-08/12/1965), convocado pelo Papa João XXIII marcou a abertura da Igreja Católica a todas as realidades do mundo, e seu empenho em encontrar possíveis caminhos de diálogo com as diversas realidades políticas e sociais (CARLETTI, 2012, p.19).

Segundo Carletti (2012, p.20), atualmente a Santa Sé age no âmbito internacional por meio da diplomacia bilateral e multilateral (relações com a ONU e suas agências, Conselho da Europa, Comunidades Europeias, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa - OSCE, Organização dos Estados Americanos - OEA, Organização da União Africana - OUA).

De salientar que a atuação da Igreja Católica baseada nas relações diplomáticas da Santa Sé, ao longo de sua história destacou-se por sua estabilidade institucional e por seu papel de formadora de opinião e porta-voz de uma autoridade moral, procurando sempre consolidar sua influência na sociedade através da fundação de escolas católicas e assim convertendo-se em parte orgânica do sistema.

A Igreja católica durante a primeira fase da política externa da Guiné-Bissau, esteve do lado dos colonizadores, por conta da postura política que a Santa Sé adotava em relação aos movimentos nacionalistas (CARLETTI & FERREIRA, 2016). A igreja católica na Guiné-Bissau vai ganhar mais destaque a partir dos anos 2000 quando adota uma postura de atuação cada vez mais presente não só no plano social do país mas também na esfera política e na luta pela manutenção de paz e desenvolvimento do país.

A Guiné-Bissau possui uma localização estratégica, no caminho entre a América do Sul e a Europa, também na porta de entrada para o Golfo da Guiné. Seu território apresenta recursos naturais como bauxite, ouro, petróleo, fosfato, urânio etc. quase que inexplorados (DOS SANTOS, 2015). Com uma superfície total de 36.125km, localizado na costa ocidental do continente africano, o país faz fronteira com o Senegal ao norte, com com a Guiné-Conakri ao sul e leste.

Além desta introdução e de uma conclusão, o artigo apresenta três fases da política externa guineense considerando o lugar e os dilemas vividos pela sociedade civil (igreja católica) em cada uma das fases: a Diplomacia Anti-colonial, Independência e Guerra Civil.

Na primeira fase, é abordada a diplomacia do Partido Africano para independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), encabeçada pelo líder do movimento para independência, Amílcar Cabral. Este período trata basicamente do período tardo-colonial, das articulações do partido para conseguir parcerias e apoios externos para a Luta de libertação. A segunda fase relata a situação do país após a conquista da independência, quando já podemos falar numa política externa da Guiné-Bissau tendo em conta a formação do Estado-nação. Um terceiro momento da política externa guineense é marcada pela abertura democrática até a atualidade, um período caracterizado pela instabilidade política interna e contexto no qual se assiste o nascimento e a proliferação de novas organizações da sociedade civil. Segundo Miguel de Barros (2014) , é somente neste período que podemos afirmar a existência de uma sociedade civil forte e ativa no país.

2 A DIPLOMACIA ANTI-COLONIAL (1956-1974)

A ocupação portuguesa ao território hoje chamado de Guiné-Bissau no século XVI, criou gigantescas divisões no seio da sociedade guineense, promovendo distinções e separações. Como já havia afirmado Boaventura de Sousa Santos (2007, p.3) em que refere como a obliteração física e/ou cognitiva de povos colonizados se constituiu como pedra angular da criação da modernidade ocidental e do desenvolver do pensamento abissal, onde as distinções são estabelecidas através da divisão do mundo em universos distintos: o espaço “deste lado”, e o espaço do “outro lado” da linha. O que explica as separações promovidas pelos colonizadores no seio da sociedade guineense, separações estas que acabaram por deixar “cicatrices” quase que inapagáveis na cultura, no modo de viver, nas organizações sociais ou tradicionais, na educação e no desenvolvimento em geral da sociedade guineense durante e pós-colonialismo. O conceito de “sociedade civil” foi criado na Europa para se pensar suas formas de organizações, de modo que ele inicialmente nega qualquer outra forma de organização que não responda a esse modelo. No mundo colonial, com frequência elementos não-europeus eram tidos como “incivis” ou mesmo “incivilizados”.

De acordo com Meneses (2010), “a dita “missão de Civilizar” foi uma estratégia central da doutrina colonial europeia em relação aos territórios “ultramarinos”, o conceito de

“civilização” combinava com vários pressupostos que “justificavam” a superioridade da cultura portuguesa o que implica que os súbditos colonias eram inferiores e incapazes de se auto-governar.” Ou seja, a missão era controlar não apenas o espaço ou o território, mas também o próprio corpo humano, seus comportamentos e ações. O estatuto do indigenato comprova tais distinções ou separações, estatuto este que tinha como principal objetivo a assimilação, vigorou oficialmente até 1961, porém vários relatos apontam que continuou até à independência (HENRIQUES, 2015).

Importante ressaltar que a partir do ano de 1961 intensificaram-se as lutas incessantes na edificação e organização de uma sociedade guineense proativa e comprometida com a transformação, por isso dois anos depois em 1963 vai começar a luta de libertação armada. A mobilização de uma vasta massa de aderentes à ideia da luta de libertação nacional e ao sucesso desta luta deve-se em larga medida à existência de espaços criados pela sociedade civil através das canções da luta, as quais tiveram um papel preponderante na mobilização das populações camponesas e cujo alcance transcendeu o território sob controle das forças nacionalistas, afirma Barros, apud, Cardoso (2014).

As “mandjuandades”, cuja gênese remonta ao período pré-independência, constituem um exemplo da vitalidade das estruturas tradicionais de socialização que permitiu servir de refúgio às expressões autónomas das populações ainda durante a época colonial. O redobrado vigor destas estruturas no período pós-independência sublinha a importância destas estruturas tradicionais. Talvez seja por conta das mobilizações intensificadas destas organizações a partir do ano de 1961, que vai fazer com que o estatuto do indigenato seja oficialmente encerrado, ainda que possivelmente continuasse existindo ilegalmente. O estatuto exigia que os assimilados fossem batizados, que mudassem seus nomes de origem, que comessem à mesa com garfo e faca, que tivessem um salário e que adotassem o estilo de vida português. Já para os considerados “indígenas” eram negados todos os direitos, estes caso quisessem ir a centro urbano tinham que pedir um guia e responder a várias perguntas para conseguir autorização, e não podiam ultrapassar os dias que foram concedidos para estar no centro urbano (HENRIQUES, 2015).

Com a entrada do século XX, principalmente ao longo da sua primeira metade constata-se mudança na Ordem mundial, em particular no período entre a primeira Guerra Mundial e a segunda Guerra Mundial. Essas mudanças acabaram por favorecer o surgimento e disseminação de pensamentos e ideias, como o nacionalismo.

Em consequência disso vieram os nacionalistas para a África. Estas ideias foram essencialmente geradas fora do continente africano e disseminadas, sobretudo nos anos 20 por grupos de intelectuais descendentes de africanos que se encontravam na diáspora, sobretudo, os que viviam nos Estados Unidos da América, Caribes ou nas grandes capitais europeias (BENOT apud DE CARVALHO, CANDÉ, 2013, p. 31).

De acordo com estes autores, na África essa ideia se vinculou especificamente no seio dos estudantes que foram estudar na Europa, e assim começou aparecer alguns grupos nacionalistas. E é aí que segundo De Carvalho (2016) “aparece o Amílcar Cabral e chamou atenção devido ao seu conceito de nação “como resultado da reação de um grupo de homens e de mulheres face ao meio social e aos problemas existentes”, e da sua ação conjunta para enfrentar esses problemas, “na medida em que tenham uma aspiração comum, nesse caso, a conquista da independência e a soberania nacional.”

Para Amílcar Cabral a concepção de nação “estava associada à questão da libertação, do nascimento do ‘homem novo’, de uma nova cultura nacional, uma consciência de pertencer a uma comunidade ligada a um território, para a sua afirmação na luta de libertação” (DE CARVALHO apud CANDÉ, 2013 p.33). O período dessa fase era de grande tensão mundial conhecida como a Guerra Fria, marcada pela bipolaridade capitalista e socialista, com os Estados Unidos de América (EUA) de um lado (Capitalista) e a antiga União Soviética do outro (URSS).

A mesma ideia de Cabral, também foi defendida por Frantz Fanon (apud DE CARVALHO, CANDÉ, 2013, p.35). Pensando nisso e objetivando a libertação dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde através da independência e da emancipação política, que Amílcar Cabral vai reunir cinco dos seus “camaradas” numa reunião informal, clandestina e fundam o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) no ano de 1956. Mas o PAIGC só se tornaria um partido político em 1972 através da realização de uma assembleia geral. Até então, não passava de um movimento revolucionário de libertação (DE CARVALHO, apud SEMEDO, 2009, p.19)

Ao estudar na Europa e ter como exemplo a independências dos países vizinhos, Amílcar Cabral definiu que a luta de libertação seria pacífica como prioridade estratégica. Por ele ser um agrônomo, ele aproveitou e estabeleceu contatos e conhecimentos sobre a grande maioria das regiões do interior do país, ele também trabalhou na Angola participando na fundação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Em Dezembro de 1957, ele viaja para Paris, onde se encontrou com Marcelino dos Santos, da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e também com mais outros integrantes do MPLA (DE CARVALHO apud SEMEDO, 2009). Ainda segundo o mesmo autor, Cabral na sua volta de

Paris, passou por Lisboa onde acabou mobilizando os estudantes nacionalistas a fundarem o Movimento Anti-Colonialista (MAC). Isso mostra como Amílcar Cabral nessa altura já havia começado uma série de movimentos estratégicos e diplomáticos em busca de apoios externos na luta contra a dominação colonial.

Para além do PAIGC, já existiam duas outras organizações no período colonial que também desempenharam papéis importantíssimos na conquista da independência da Guiné-Bissau: a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), e a União Democrática das Mulheres (UDEMU) criadas 1961-62 (DE BARROS, 2014). Estas organizações surgem precisamente com o término legal do estatuto do indigenato, no ano de 1961, com o objetivo de defender os direitos dos cidadãos e aqueles marginalizados pelos colonizadores. Neste mesmo ano, segundo Ricardo Ossagô de Carvalho (2016), começou o esquema que ficou conhecido de “Ação Direta”, tática que tinha como base a sabotagem econômica mediante destruição de estradas, pontes, redes elétricas e sistemas de comunicação colonial. Percebe-se que a política do PAIGC voltada para o território guineense dialogava com a diplomacia anticolonial, que buscava apoio internacional e enfraquecer a presença colonial. Após o massacre no cais de Pindjiguiti, realizado em Bissau pelas tropas coloniais no dia 3 de Agosto de 1959, Amílcar Cabral foge para Guiné-Conakri. De lá, ele dá instruções para os processos da luta armada e também desenvolve suas atuações diplomáticas no intuito de conseguir apoios e firmar parcerias externas.

Foi assim que a diplomacia anticolonial da Guiné-Bissau obteve muito sucesso, e isso fez com que conseguisse apoio de vários países como a China, Marrocos, Cuba e entre outros. No ano de 1960, o PAIGC, representado por Amílcar Cabral, participa da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), realizada em Marrocos. Posteriormente este país veio apoiar a libertação de Guiné-Bissau, ajudando a formar quadros políticos e militantes do PAIGC (DE CARVALHO apud SEMEDO, 2009, p.17).

Nessa altura a sociedade civil guineense já vinha se organizando e desencadeando uma forte atuação, após o massacre de pindjiguiti, e isso vai fazer com que comece a luta de libertação Nacional em 23 de Janeiro de 1963 (DE CARVALHO, 2016).

A tensão política da Guerra Fria influenciava de forma significativa o cenário internacional da época. Cuba, o único país no continente americano que não aderiu ao bloco ocidental, também era o único a conseguir manter relações diplomáticas com a Santa Sé, apesar de ser um país comunista.

A Igreja Católica alicerçada na política externa da Santa Sé, tinha objetivo de derrubar o bloco soviético e na figura do Papa João Paulo II alinhou-se aos Estados Unidos de América que tinha como então presidente Ronald Reagan, para alcançar tal objetivo, e Reagan por sua vez pediu que o Papa o ajudasse no combate a difusão do comunismo na América Central. (CARLETTI; FERREIRA, 2016, P. 139).

E assim a Cuba acabou por apoiar vários movimentos de libertação em África e também países do Movimento dos Não Alinhados, mantendo sua ligação ao bloco Socialista e desenvolvendo parcerias com a União Soviética. Já as relações diplomáticas entre Guiné-Bissau e China datam de 1974, período da independência, porém outras fontes apontam *o ano de 1960 como ano de primeiros contatos e negociações diplomáticas. Para a China, assim como para Cuba, era importante apoiar lutas anti-coloniais para assim atrair mais adeptos ao seu modelo político ideológico (M´BUNDÉ, 2015). Por isso a China não hesitou em dar apoio tanto político quanto militar à Guiné-Bissau, tornando-se o primeiro país a receber e formar militantes do PAIGC.

Duas coisas extremamente importantes nessa fase da diplomacia guineense foram: a visita em Abril de 1972 da Missão Especial das Nações Unidas às regiões sob o controle do PAIGC, denominadas de zonas libertadas. Essa visita resultou depois na legitimação do PAIGC, durante a Assembleia Geral da ONU. E a visita de Amílcar Cabral a China, a Coreia do Norte e ao Japão em Setembro de mesmo ano, que culminou com a resolução do Conselho de Segurança consagrando e reconhecendo do PAIGC como o representante legítimo do povo guineense para o aperfeiçoamento das condições de vida material e cultural das populações nas zonas libertadas, no qual estava implantada uma vida administrativa gerenciada pelo movimento.

A segunda foi a criação da Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau, na qual foi realizada a primeira Constituinte, que teve a participação de 120 representantes eleitos pelo povo. (DE CARVALHO, 2016 apud CABRAL, 1977).

Uma outra coisa importante também de ressaltar nesta fase, foi a postura que o PAIGC sempre adotou que é da indefinição ideológica, não se alinhar nem com o socialismo e nem com o capitalismo. Como afirma Tomás (2007).

* Com a ilha caribenha, também conhecida com “pérola do Caribe” foi diferente e as relações com a Santa Sé sempre foram mantidas, por conta de sua localização estratégica na área do Mare Nostrum norte-americano é considerada pelos Estados Unidos de América como um prolongamento de seu território. Este, em 1959 acabou por se transformar numa espécie de “estranho no ninho”, por ter se alinhado ao bloco comunista numa esfera de influência capitalista, sofreu e ainda sofre ataques e embargos econômicos.

CARLETTI, Anna, FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Religião e Relações Internacionais**. Dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã. Curitiba: Juruá Editora, 2016. p. 124).

Uma das grandes lutas de Cabral foi à perseverança em não se identificar com quaisquer ideologias, nem se situar à esquerda ou à direita. É certo que os seus primeiros e mais significativos apoios vieram de países do bloco comunista. Afinal, revoluções comunistas, inspiradas em Marx, Lenine ou Mao, partilhavam com os movimentos de libertação a mesma matriz teórica. Da União Soviética, da República Democrática Alemã, da Bulgária ou da Jugoslávia, o PAIGC recebia grande parte da ajuda, não apenas material de guerra, mas também meios sanitários, alimentos e instrução, sob a forma de atribuição de bolsas de estudo. E não são menos verdade que, algumas vezes, perante certas audiências nestes países, Amílcar Cabral usou certos chavões que contribuíram para que alguns ocidentais o considerassem comunista (TOMÁS, 2007, p. 246-247)

A Guiné-Bissau chegou a sua independência unilateral no dia 24 de Setembro de 1973 após onze anos de luta armada. No ano seguinte, 1974 Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau. No período colonial a igreja católica, atuando na organização de uma sociedade civil colonizada, esteve associada à metrópole e ao Estado colonial, como visto na introdução. Além disso, a igreja católica também perseguia os dirigentes do partido que se organizavam em reuniões clandestinas e alguns representantes da igreja foram utilizados para espionar e denunciar estes encontros.

O regime salazarista do Estado Novo em Portugal na época “era sustentado pela Igreja Católica” (DW NOTÍCIAS, 2015). Conforme Reis (2001) o Vaticano e Lisboa desenvolveram um acordo chamado de Acordo Missionário, limitado apenas para as colónias africanas e ao Timor Leste, este acordo foi resultado de uma sugestão de processo de negociações concordatárias, do então bispo de Cabo Verde, D. Rafael da Assunção, que foi acolhida favoravelmente por Salazar.

No entanto, e dito isto, o Acordo Missionário não pode ser visto à margem de factores condicionantes internacionais. De que se destacam sobretudo as actas finais das Conferências de Berlim e Bruxelas, de finais do século XIX, que estabeleciam a liberdade de missão nos territórios coloniais de qualquer potência, independentemente da sua religião de Estado. Isto significava que, quer em Angola, quer em Moçambique, Lisboa e o Vaticano tinham uma aguda consciência da necessidade de cooperarem para superarem a concorrência protestante. (REIS, 2001, p.26)

A Santa Sé “via portanto no acordo uma oportunidade de concretizar uma experiência pioneira de organização de um episcopado em África, com a vantagem de terminar assim com uma situação remanescente do velho regalismo e combater mais eficazmente a expansão da «heresia» protestante.” (REIS, 2001, p.26).

Com a Igreja Católica do lado dos colonizadores como vimos, outras nascentes organizações da sociedade civil tiveram atuações importantes, destaque para a União Nacional

dos Trabalhadores e a União Democrática das Mulheres. Organizações que se articularam com a ação diplomática anti-colonial do PAIGC.

3 INDEPENDÊNCIA À GUERRA CIVIL (1974-1998)

Após onze anos de luta armada, finalmente a Guiné-Bissau conquistou a sonhada independência, por meios diplomáticos-estratégicos e também por conta dos apoios que obteve durante o processo. Independente, o país agora tinha a missão de se erguer enquanto Estado soberano e definir seu rumo. Luís de Almeida Cabral foi o primeiro presidente da República, cargo que ocupou desde a independência até o ano de 1980, sob regime de monopartidarismo, ano em que foi deposto por meio de um Golpe de Estado liderado pelo então primeiro-ministro João Bernardo Vieira.

O golpe de Estado acabou desequilibrando o país e interrompeu as relações diplomáticas e as cooperações internacionais que o país vinha firmando com outros Estados, baseado na política externa que o então presidente começava a desenvolver. Dentre eles, o acordo geral de cooperação e amizade entre Portugal e Guiné-Bissau, acordo este que indicava as formas de cooperação recíproca nos vários campos, tais como, econômico, técnico, científico, cultural, diplomático e consular (PORTUGAL DIVULGAÇÃO, nº 8).

Entre estas rupturas diplomáticas geradas pelo golpe de Estado, podemos citar a desvinculação de Guiné-Bissau e Cabo-Verde como Estado unitário. Segundo M´bundé (2015,p. 80, apud Zhang Hong-Ming, 2004, Janaina Rysdyk, 2010) também nesse mesmo período, as relações entre a Guiné-Bissau e China, começaram a apresentar um relativo distanciamento. Devido a dificuldades domésticas, as questões ideológicas perderam prioridade na agenda da política externa chinesa, dando espaço ao pragmatismo comercial e de mercado, focado no enriquecimento de sua própria economia. De modo que as relações de Guiné-Bissau com a China seriam retomadas apenas na década de 2000.

Outro grande parceiro internacional influente neste período foi o Brasil. Já em em 1961, apenas dois anos antes do início da luta armada em Guiné-Bissau, o Brasil iniciava a chamada “política externa independente” e estabeleceu um consulado naquela colônia portuguesa. Um ano após o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, em 1974, este país, instalou uma embaixada na capital e, em março de 1976, uma delegação guineense visitou o país sul americano com objetivo de desenvolver cooperação. Dois anos depois, foi assinado um acordo básico de cooperação técnica e científica entre ambos. Até finais dos anos 80, as relações com o Brasil foram intensas, mas no início dos anos 90 “esfriaram”, por conta da redução do pacote da cooperação e renegociações das dívidas externas (M´BUNDÉ, 2015).

Cuba e Rússia tiveram maior proximidade com a Guiné-Bissau durante a fase da diplomacia anti-colonial, no auge da Guerra Fria, momento em que muitos países africanos

ainda eram colônias e se tornaram territórios estratégicos para ampliação das zonas de influência de ideologias socialistas. As relações com estes países foram diminuindo, também por conta da maior presença chinesa e brasileira em Guiné-Bissau.

Nessa fase, muitas das relações internacionais que o país havia construído, foram se desfazendo. Sob um regime socialista de partido único, o governo guineense aplicava uma “mão de ferro” sobre as instituições da população civil, não dando espaço e nem voz para associações e organizações da sociedade civil. Mas em 1990, surge o Movimento Bafatá, originário da sociedade civil e crítico ao regime político. O Movimento apresentou várias propostas ao PAIGC, entre elas a criação de um governo de transição encarregado de organizar eleições gerais, pluripartidárias e democráticas.

O congresso extraordinário do PAIGC e a revisão da Constituição de 1991 permitiram uma certa abertura do regime, levando à legalização de partidos políticos, há anos instituídos e outros entretanto em formação, mas cuja acção política era executada como se estivessem na clandestinidade: não podiam concorrer às eleições para deputados à Assembleia Nacional Popular, nem para os órgãos regionais, nem muito menos para Presidente da República (Diário de Notícias», de Lisboa, 1990)

Só no ano de 1994, concretamente dia 3 de Julho de 1994, quando foram realizadas as primeiras eleições de fato democráticas, e concorreram vários partidos políticos e muitas figuras públicas a cargo do Presidente da República, inclusive o próprio João Bernardo, como candidato do PAIGC. E assim nascia de facto a democracia representativa na Guiné-Bissau e junto com ela também nasciam novas organizações da sociedade civil no país.

Foi na década de 90, mais precisamente em 1991, com o início da democratização na Guiné-Bissau, que se assistiu ao nascimento e proliferação de várias formações associativas, partidárias, sindicatos e formações socioprofissionais, que hoje formam o conjunto a que se denomina sociedade civil, que vinculam o sector privado às práticas de assistência e auxílio mútuo (BARROS, 2014 apud SANGREMAN et al, 2006)

Ainda segundo Miguel de Barros, tal movimento foi propiciado pela alteração da Constituição da República, que passou a permitir o pluralismo político, a liberdade de expressão, de associação, de reunião e de imprensa. Para esta autor (2012, apud Forrest, 2003) a ideia da sociedade civil no contexto guineense já era possível ser identificada tanto no meio rural quanto nos centros urbanos por conta da possibilidade de identificação de elementos pré-coloniais, ligados à organização ancestral das aldeias e as redes de parentesco. Tais elementos se articulam com organizações coletivas e associações de cidadãos cujo campo de acção está fora da esfera do Estado e da economia formal, incluindo, por exemplo, associações culturais,

grupos de discussão e organizações de mulheres. Como por exemplo, União Democrática das Mulheres (UDEMU), União Nacional dos Trabalhadores (UNTG), grupos de Mandjuandade etc.

As organizações de sociedade civil surgiram para lidar com demandas concretas e satisfazer necessidades básicas das populações, reconhecendo a incapacidade do Estado em garantir sua presença, também, devido ao elevado nível de dependência exterior do país e o modo como essa dependência afeta a gestão dos recursos de sua alocação.

Num contexto marcado pela fragilidade e em certos casos pela ausência do Estado, a sociedade civil, particularmente a Igreja Católica e as ONGs, têm tido um papel decisivo junto das populações mais carenciadas, assim como no processo de consolidação da paz e da democracia (BARROS, 2012).

Percebe-se que após a abertura democrática a igreja católica começou a desempenhar um papel muito diferente daquele desenvolvido no período colonial, quando funcionava como uma representante do Estado repressor. No processo de democratização da Guiné-Bissau, a Igreja Católica se tornou uma das principais organizações da sociedade civil, se não a principal, desenvolvendo e atuando no campo social, político, econômico, cultural etc.

O desenvolvimento e o aumento das organizações da sociedade civil serão interrompidas com o eclodir da Guerra Civil iniciada com uma crise política no seio do PAIGC. A Guerra Civil então iniciada durou onze meses, entre 1998 e 1999, e envolveu a participação de tropas armadas de países vizinhos, como Senegal e Guiné-Conakri, que invadiram o território, causando medo e terror entre a população. A guerra civil provocou a morte de dezenas de pessoas, resultou no deslocamento de milhares, aumentou as crises e tensões políticas. A sociedade civil guineense se encontrou numa situação de extrema fragilidade e a imagem internacional do país foi profundamente prejudicada.

4 OS ANOS CONTURBADOS DEPOIS DA GUERRA CIVIL

A nova fase da política externa guineense, inaugurada com a Guerra Civil, é marcada por inúmeros reveses, golpes de Estado e situações de instabilidade política, dificultando a construção tanto de uma sociedade civil forte quanto de uma estratégia diplomática mais permanente.

Com a Guerra Civil o então Presidente da República, Nino Vieira, se refugiou na Embaixada de Portugal e depois pediu asilo político em agosto de 1999. Nesta situação, assume a presidência do país interinamente, até a realização de novas eleições, o Presidente da Assembleia Nacional Nacional Popular (ANP), o Senhor Malam Bacai Sanhá. As eleições foram marcadas pela vitória do Partido da Renovação Social (PRS), fundado em 1992 por Koumba Yalá, então presidente do partido, consequentemente eleito Presidente da República (O INDEPENDENTE, 1999).

A Caritas que é uma organização da Igreja Católica, presente em mais de 200 países do mundo na forma da rede Cáritas Internationalis, sediada em Roma, no Vaticano fundada em 1897, age em parceria com organismos nacionais e internacionais, com enfoque na questão da defesa dos direitos humanos numa perspectiva ecumênica (CARITAS SP, 2014). “A Caritas na Guiné-Bissau foi fundada em 20 de maio de 1982, opera nas duas dioceses (unidades territoriais administradas por bispo) de Bissau e de Bafatá, que incluem 41 paróquias e missões em toda a Guiné-Bissau, tem como principal objetivo e missão de promover o desenvolvimento integral de toda a pessoa humana, numa acção assente nos valores do Evangelho e contribuir para a justiça, a paz e o desenvolvimento [CARITAS, entre 2000 e 2019].

Nos relatos de um Consultor da Caritas Hannes Stegemann, enviado para Guiné-Bissau logo após o fim da guerra civil relatou: “a situação na Guiné-Bissau é extremamente sombria, desde que assumiram, os novos mandatários já desrespeitaram a Constituição várias vezes, parlamento foi dissolvido, os doadores de recursos do exterior se cansaram e não têm mais vontade de ajudar a Guiné-Bissau, como o país depende em 90% de ajuda externa, os cofres estão vazios, há um ano não há dinheiro para pagar os funcionários públicos e os alunos das escolas públicas perderam dois anos com as greve, s, os hospitais funcionam mal, a capital está sem luz e praticamente sem água também” (DW NOTÍCIAS, 2003).

Foi formado novo Governo, e a política parecia ter encontrado o seu rumo, até que o Presidente da República decidiu fazer remodelações no Governo, destituindo o então Ministro da Economia Helder Vaz, este por sua vez insatisfeito, acusa o Presidente de nada ter feito para o país se não apenas contribuir para a desmotivação dos empresários nos investimentos no país.

Eu, enquanto Ministro da Economia do anterior governo, mantive um relacionamento excelente com o FMI e o Banco Mundial (BM). Infelizmente, após a minha saída esse clima deteriorou-se e, em consequência disso, tanto o FMI como BM optaram por suspender a aplicação de um programa de desenvolvimento económico durante quatro meses. Se na data limite não tiverem sido cumpridos certos requisitos, o programa não será reativado (LOPES, 2000).

A partir daí começam a surgir problemas e impasses afetando diretamente a atuação política do país, e vai se agravar ainda mais com o assassinato do então Chefe das Forças Armadas, Ansumane Mané, em Novembro do ano 2000. Com isso, o Governo começou a ser alvo de muitas críticas e acusações de corrupções e de desvio de fundos que provinham de ajudas internacionais. A gravidade das acusações, que alegadamente envolviam a Presidência da República e altos quadros civis e militares do Estado, fez pairar novamente o espectro da suspensão das ajudas internacionais, assim como contribuiu para minar a confiança dos investidores. Uma das maiores acusações que estava em causa, era sobre a incapacidade de negociação para a resolução das dívidas externas que o país havia contraído (LOPES, 2000).

A instabilidade política e econômica continuaram sobre o país, até que no dia 14 de Setembro de 2003, ocorreu mais um Golpe de Estado que acabou depondo o então Presidente Koumba Yalá, Golpe este liderado pelo General Veríssimo Correia Seabra, chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, alegando que o objetivo do golpe era de restaurar a ordem constitucional e a democracia.

O general Veríssimo Seabra Correia, que liderou o golpe de Estado na Guiné-Bissau, voltou hoje a garantir que os militares não tencionam "conservar o poder".
 "A situação é particular: somos um país sem Constituição, sem Parlamento, sem justiça, um país de tolos!", realçou o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). "Simplesmente, nós [os militares] mudámos a situação", declarou, pedindo à comunidade internacional para perceber que "não se trata de um golpe de Estado mas da modificação de uma situação confusa, inviável". (PUBLICO, 2003).

Assim, as atuações diplomáticas começaram a ser restritas e marcadas por obstáculos, pela falta de coordenação, por conta das sanções internacionais, golpes de Estado e por falta de recursos financeiros. Tornando assim a terceira fase da política externa da Guiné-Bissau, a mais conturbada e fraca de todas as fases (VISENTTINI, 2011).

Daí o surgimento do conceito de "Estado frágil" como um termo frequente e pejorativo para referir-se a este país, que outrora foi uma referência e modelo político-diplomático seguido e apoiado por vários países, como vimos no período da diplomacia revolucionária. Este conceito Ossagô (2016) também chama de "Estado disfuncional", mas situa a questão justamente nas sucessivas instabilidades que Guiné-Bissau tem vivido desde sua formação até os dias atuais. Ossagô chega inclusive a questionar se a Guiné-Bissau chegou a se constituir de fato como um Estado nos moldes ocidentais – o que nos coloca a pergunta sobre se ali há uma sociedade civil em seu entendimento mais tradicional. Há também um debate sobre a noção de "narco-Estado" após a guerra civil, sobretudo devido à penetração dos interesses do tráfico nos quadros do

Estado e da institucionalização guineense, o que prejudica não só o reconhecimento da sociedade civil, mas também o desenvolvimento de uma política externa voltada ao “interesse nacional” e não dos bolsos de certos políticos.

Após o Golpe de Estado de 2003, a Igreja Católica teve um papel importantíssimo e fundamental no processo de formação de um novo Governo, ainda que interino. O Comitê Militar nomeou a cargo do Presidente da República interino, Henrique Pereira Rosa, um líder católico, também empresário e político, que até então apenas tinha desempenhado, como cargo público, a função de cônsul honorário guineense da Costa do Marfim (DW NOTÍCIAS, 2012). Sua nomeação à presidência foi uma indicação do atual Bispo da Igreja Católica da Diocese de Bissau. Esta atuação da Igreja católica conseguiu gerir a crise política doméstica e seus efeitos externos. Esta solução política, encaminhada por uma instituição da sociedade civil, foi reconhecida e muito bem aceite pela Sociedade Internacional (DW NOTÍCIAS, 2012).

De salientar que a atuação da Igreja Católica baseada nas relações diplomáticas da Santa Sé, ao longo de sua história destacou-se por sua estabilidade institucional e por seu papel de formadora de opinião e porta-voz de uma autoridade moral, procurando sempre consolidar sua influência na sociedade através da fundação de escolas católicas e assim convertendo-se em parte orgânica do sistema.

Esta terceira fase da política externa da Guiné-Bissau constitui o momento histórico mais importante para as organizações de sociedade civil que começaram a ganhar mais espaço, desenvolvendo suas atividades e ações na busca de suprir as necessidades dos cidadãos pouco ou nunca atendidos pelo Estado.

Segundo Miguel de Barros (2014, apud Cardoso, 2014), se no início do processo de democratização a atuação da sociedade civil era vista como restrita às ONGs, comunidades de base e outras associações sem fins lucrativos, voltadas para a assistência, atualmente sua área de abrangência está cada vez mais alargada a outras vertentes, em particular para a consolidação da paz, democracia, cidadania e desenvolvimento.

Portanto, esta é uma fase em que será muito importante e urgente, zelar para uma estabilidade política e econômica interna, repensar e redesenhar as estratégias políticas e diplomáticas do país para com os seus parceiros e a sociedade internacional em geral, e ceder mais espaço para que as organizações da sociedade civil possam atuar.

Importante salientar que as atividades desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil seja com o Estado ou com outras entidades, elas são definidas por uma influência recíproca, na medida em que as organizações da sociedade civil podem influenciar a criação de legislação que afete direta ou indiretamente o seu campo de atuação. Disto são exemplos a Lei

14/2011 (Criminalização da Excisão Feminina) e a Lei 12/2011 (Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas), ambas resultado direto da pressão das organizações da sociedade civil (BARROS, 2014). Vale lembrar que ainda não existem mecanismos institucionais que viabilizem a atuação da sociedade civil na condução das relações exteriores nem da política externa guineense, sendo que o planejamento destas permanece restrito aos quadros do Estado.

Dentre as organizações da sociedade civil mais importantes da Guiné-Bissau, destaca-se a igreja católica. Conforme Barros (2012), as instituições de cariz religiosa desempenham um importante papel no cenário social guineense, uma vez que acabam por suprir necessidades básicas, como ocorre nos domínios da saúde ou da educação, devido à insuficiente presença do Estado. Daí a importância da Igreja católica na Guiné-Bissau, uma vez que a atuação desta, está voltada para formação de pessoal e criação de estruturas -nas paróquias, contribuindo de forma imprescindível e a longo prazo no setor de saúde, com a criação de depósitos centrais de medicamentos, estes depósitos abastecem cerca de 25 centros de saúde da Caritas (uma entidade religiosa que opera nas duas dioceses da Guiné-Bissau, a de Bissau e a de Bafatá, que contam com 41 paróquias e missões em todo o país) e acabam atingindo cerca da metade da população do país (DW NOTÍCIAS, 2003). Desenvolvem também programas de combate a malária e de informação sobre HIV, sem esquecer de programas voltados para a mulher, para convencer os pais a mandarem as filhas para a escola, contra a excisão feminina e de formação profissional para mulheres jovens.

Ainda segundo a Deutsche Welle Notícias, (2003) Dom Pedro Zilli, o primeiro bispo brasileiro na África e Dom José Câmnate na Bissau, mantêm através da Igreja, escolas que contam com mais de 11 mil alunos e que ambos se orgulham disso e do centro de Recuperação Nutricional, que atende milhares de crianças desnutridas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo propus a fazer uma reflexão histórica sobre a trajetória da política externa guineense e sua relação com a Igreja Católica, como instituição de destaque na sociedade civil guineense, com intuito de encontrar o lugar desta organização na política externa do país e descobrir se ela possui alguma influência na política externa da Guiné-Bissau.

Como vimos, durante a primeira fase da política externa da Guiné-Bissau, as organizações de sociedade civil foram muito presentes, ainda que estas não existissem aos olhos da lei, mas foram extremamente importantes para o sucesso da diplomacia anti-colonial e

consequentemente na conquista da independência. Na segunda fase, observou-se que elas passam a existir legalmente com abertura democrática no país, mas parece que acabam sendo boicotadas pelo Estado o que culminou na fraca participação e atuação das organizações da sociedade civil nesta fase da política externa guineense que inclusive foi uma das fases em que mais houve corte de relações e cooperações. Por fim elas aparecem muito mais dinâmicas na última fase, principalmente a Igreja Católica, assumindo funções importantíssimas e desempenhando muitas vezes o papel do próprio Estado já que este vem enfrentando sérios problemas e não consegue atender à todos. E essa mudança de postura da Igreja em relação à primeira fase deve-se à eleição do “Papa João XXIII, conhecido como o papa “revolucionário” que recusou a levar pra frente a condenação do comunismo, posição tradicional da Santa Sé, ele adotou uma política conciliatória em relação aos países comunistas, política esta conhecida como *Ostopolitik*” (CARLETTI; FERREIRA, 2016).

Nota-se que ao longo da história a sociedade civil teve muitas oscilações no que diz respeito a sua postura perante o Estado guineense. Primeiro vimos um posicionamento muito significativo mesmo antes da construção de um Estado nacional e também antes da sua construção nos parâmetros da legalidade. Posteriormente a sociedade civil volta a ter um posicionamento significativo perante a ineficiência do Estado e tendo em conta as sucessivas instabilidades políticas e econômicas do país.

Com isso, podemos afirmar então que as organizações de sociedade civil de modo geral, começando pelas do período colonial (o próprio PAIGC, a União Democrática das Mulheres, União Nacional dos Trabalhadores, os grupos de “mandjuandade”) passando para as do pós colonial, período em que passam a existir legalmente, constituem os elementos de continuidade da política externa da Guiné-Bissau, pois estiveram presentes ao longo da evolução histórica da política externa do país, ainda que com restrições e oscilações. A mudança da postura da igreja católica nas duas últimas fases da política externa guineense em relação a primeira fase ajuda a entender ainda mais como estas organizações da sociedade civil em especial a própria igreja católica, constituem este importante elemento de continuidade pois elas têm atuado em lugares onde o Estado se faz ausente, e tendem a atuar cada vez mais na manutenção da paz e estabilidade interna do país para que a sociedade internacional possa olhar com “bons olhos” o país e atrair assim investimentos que contribuem no crescimento econômico e social.

Ao passo que, a ingerência, as instabilidades políticas e econômicas, as insurreições, as corrupções, o narco-tráfico, a insegurança e os golpes de Estado que consequentemente culminam em sanções regionais e internacionais, estes constituem elementos de descontinuidade da política externa da Guiné-Bissau, do final da segunda fase até a terceira

fase, pois foi nesse período que as relações com outros países se romperam, golpes de Estado ocorreram, empresas retiraram seus capitais do país, e sanções foram aplicadas.

Segundo Miguel de Barros (2014), a sociedade civil de cunho funcional é aquela que na sua composição encontram-se as entidades filantrópicas, reivindicantes e/ou fiscalizadoras da coisa pública, como as entidades sindicais, socioprofissionais, instituições religiosas e os meios de comunicação social.

Em Guiné-Bissau destaca-se a Igreja Católica, que possui atualmente um lugar estratégico na política externa guineense, ela tem se deslocado para muitos países com objetivo de conseguir apoios, parceiros, colaboradores que possam contribuir com as atividades que a mesma vem desenvolvendo na sociedade guineense em diferentes setores como educação, saúde entre outros, e por isso possui um lugar estratégico na política externa, devido as movimentações que tem feito com objetivo de fazer os investidores acreditarem no país para que possam investir.

Os bispos da Igreja católica da Guiné-Bissau que terminaram, nesta terça-feira (01.10) uma visita pastoral à Alemanha com apelo aos guineenses para que preservem a sua maior riqueza, que é a identidade de um povo unido, apesar das diferenças étnica e religiosas. Durante as reuniões com as várias instituições alemãs, a delegação religiosa defendeu uma aposta na melhoria da qualidade do ensino na Guiné-Bissau e mais garantias para o bem-estar dos guineenses. Os clérigos creditam que com mais investimento no setor da educação será possível melhorar a vida da população do país (DW NOTÍCIAS, 2019).

O que me induz a acreditar que os fracassos que surgiram ao longo da política externa guineense, principalmente na terceira fase, deve-se ao fato do Estado não dar muito espaço para seus componentes internos ou domésticos, como a Sociedade Civil, a Opinião pública, ONGs, Instituições, Entidades, Fundações etc. Importante apontar que a sociedade civil na Guiné-Bissau só vai existir após a abertura para a democracia, com vista a realizar objetivos sociais ou públicos. Na primeira fase tivemos uma participação direta da organizações da sociedade civil na busca pela emancipação política do país e pela libertação do jugo colonial, e o resultado foi o calculado, diferentemente que se houve nas fases seguintes, onde se deu um distanciamento entre o Estado e as organizações da sociedade civil.

De acordo com Teixeira, (2016) na Guiné-Bissau, os dirigentes das organizações e grupos da sociedade civil afirmam que é preciso reforçar as relações com o Estado para os problemas específicos enfrentados na sociedade, buscando elaborar sugestões nos fóruns de debate, articulações com diversos grupos frente à inoperância do Estado na promoção de espaços de ações coletivas, de demandas e de representação política.

Com mais participação e colaboração entre Estado e as organizações da sociedade civil, pelo menos dez por cento do quadro que hoje constitui uma necessidade urgente no seio da sociedade guineense e localidades distantes, pode ser alterado de forma significativa e positiva através da atuação destas organizações, lembrando que é o que atualmente a igreja católica vem fazendo na sociedade guineense.

De um modo geral, tendo em conta as perguntas que guiaram essa pesquisa, percebemos que a organização da sociedade civil sempre se posicionou pró-“Estado”, ainda que uma parte desta que é a igreja católica tenha adotado postura anti-“Estado” no período colonial, isso vai mudar a quando da formação do Estado Guineense e assim ela passa a assumir funções importantes para a sociedade, como vimos ao longo do trabalho. Podemos dizer que ela está começando a conquistar algum lugar na política externa guineense, uma vez que ela mesma tem se deslocado à procura de relações diplomáticas.

Durante toda a primeira fase até o início da segunda fase os atores internacionais sempre tiveram e mantiveram boas relações com a sociedade civil guineense, desde apoio na luta de libertação até o reconhecimento de sua independência. Porém isso vai mudar no meio de segunda fase em diante, por conta das sucessivas interrupções dos governos, os conflitos, os Golpes de Estado e as sanções. Para reverter esse quadro é preciso que mais organizações adotem posições semelhante a da Igreja Católica na sua ação pela busca de parceiros com objetivo de contribuir para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Carlos. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**, Coimbra, 2004.

CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan S., As Relações Diplomáticas entre a Santa Sé e Cuba (1959-2012) in: **Religião e Relações Internacionais: Dos Debates Teóricos ao Papel do cristianismo e do Islã**. Curitiba, Juruá Editota, 2016.

CARLETTI, Anna. O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial: a diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2012.

DE BARROS, Miguel. **A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO NA GUINÉ-BISSAU DINÂMICAS, DESAFIOS E PERSPETIVAS**, Guiné-Bissau, 2014.

DE CARVALHO, Ricardo Ossagô. **POLÍTICA EXTERNA E ESTADO FRAGIL NA GUINÉ-BISSAU: CRISES MULTIDIMENSIONAIS E O PAPEL DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS “CPLP & CEDEAO” (1973-2014)**, Porto Alegre 2016.

ESTÊVÃO, Nuno. Os Meios Católicos Perante a Guerra Colonial: reconfigurações da questão religiosa em Portugal, Lusitania Sacra, 2000.

Guiné Bissau: General Veríssimo Correia garante que militares não tencionam "conservar o poder". Disponível em: <https://www.publico.pt> acessado em: 14/01/2020.

GUINÉ-BISSAU, UM PAÍS QUE NÃO ENCONTRA A PAZ. Disponível em: <http://www.dw.com/pt> acessado em: 25/11/2016.

Guiné-Bissau: Bispos católicos buscam apoios na Alemanha para investir na educação dos guineenses. Disponível em: <https://www.dw.com/pt> acessado em: 27/01/2020.

Guiné-Bissau: Djuntamonpara novas relações, Redenção, 2016.

Guiné-Bissau: Perfil de Henrique Rosa. Disponível em: <https://www.dw.com/pt> acessado em: 14/01/2020.

KLEIN, Magno. **Política externa do Brasil na América Latina: Introdução à Análise de Política Externa**, 2018.

LOPES, António Soares. **Kumba Yalá rompe com Bafatá**, Bissau, 2000.

M'BUNDÉ, Timóteo Saba. **As políticas externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau: uma análise em perspectiva comparada**, Rio de Janeiro, 2015.

Opção pela Guiné. Disponível em: <https://www.dw.com/pt> acessado em: 14/01/2020

PINHEIRO, Itecia; MILANI, Carlos R. S. **Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política**, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2011.

REIS, Bruno Cardoso, Portugal e a Santa Sé no sistema internacional (1910-1970), 2001.

SANGREMAN, Carlos, JR SOUSA Fernando, ZEVEIRINO Guilherme & BARROS Miguel. **A evolução política na Guiné-Bissau: - As eleições presidenciais de 2005, - Os Conflitos, - O Desenvolvimento, - A Sociedade Civil**. CESA, Vol. 70, pp. 46.

SILVA, Duarte. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização Portuguesa: estudo de história, direito e política**. Vol. 30. ed Afrontamento, 1997.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Estado e Sociedade Civil em Cabo Verde e**

TOMÁS, António. **O Fazedor de Utopias: Uma biografia de Amílcar Cabral**. Lisboa, Tinta da China, 2007.

VISENTTINI, Paulo Fagundes. **Guia da Política Externa dos Estados Africanos**, 2018.